

Novas interpretações do patrimônio cultural edificado em tempos hipermodernos em Caxias do Sul (Brasil) e La Plata (Argentina)

New interpretations of cultural heritage built in hypermodern times in Caxias do Sul (Brasil) and La Plata (Argentina)

Nuevas interpretaciones del patrimonio cultural edificado en tiempos hipermodernos en Caxias do Sul (Brasil) y La Plata (Argentina)

Marcelo Caon¹

¹ Doutor e mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) na área de concentração em História das Sociedades Ibéricas e Americanas. Pós-graduado em História, Cultura e Região pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), com destaque para o projeto sobre a construção da imagem de Caxias do Sul como cidade moderna e seu patrimônio arquitetônico, e licenciado em História pela mesma universidade.

Recebido em: 20/7/2019
Aceito para publicação em: 7/11/2019

Resumo: Este artigo propõe um olhar sobre a constituição do campo relativo à preservação do patrimônio histórico, bem como a sua instrumentalização pelo Estado ou por grupos preservacionistas sem poder legislador. Busca-se desvelar a reorientação preservacionista como forma de resistência às transformações da hipermodernidade ou à acomodação ao seu efeito. Da nacionalização patrimonial do Brasil e da Argentina, como ocorreu na resistência causada pela pluralidade das memórias coletivas no fim do século XX, estruturaram-se maneiras de contrastar a fragmentação das cidades e de seus modelos de gestão, que privilegiam a funcionalidade arquitetônica e a especulação imobiliária. Deu-se daí, no campo conceitual, o surgimento dos grupos que estabeleceriam ações preservacionistas atentas à incorporação de novos elementos de ressonância, reflexo da descentração do sujeito hipermoderno. Isso se fez possível por intermédio de ferramentas capitais, como o inventário patrimonial, que confere estatuto para o debate sobre a preservação e serve aqui como fonte para o desenvolvimento de um estudo de caso comparado das cidades de Caxias do Sul (Brasil) e La Plata (Argentina).

Palavras-chave: hipermodernidade; patrimônio cultural; cidade.

Abstract: This article proposes a look at the constitution of the field related to the preservation of historical heritage, as well as its instrumentalization by the State or by preservationist groups without legislative power. The aim is to unveil preservationist reorientation as a form of resistance to changes in hypermodernity or accommodation to its effect. From the patrimonial nationalization of Brazil and Argentina, as occurred in the resistance caused by the plurality of collective memories at the end of the twentieth century, there were structured ways to contrast the fragmentation of cities and their management models, that privilege architectural functionality and real estate speculation. Since then, it has emerged in the conceptual field, the emergence of groups that would establish preservationist actions attentive to the incorporation of new resonance elements, a reflection of the decentralization of the hypermodern subject. This was made possible through capital tools, such as the heritage inventory, which provides status for the preservation debate and serves as a source for the development of a comparative case study of the cities of Caxias do Sul (Brazil) and La Plata. (Argentina).

Keywords: hypermodernity; cultural heritage; city.

Resumen: Este artículo propone una mirada sobre la constitución del campo acerca de la preservación del patrimonio histórico, así como su instrumentalización por el Estado o por grupos preservacionistas sin poder de legislador. Buscarse desvelar la reorientación conservacionista como una manera de resistir a las transformaciones de la hipermodernidad o la acomodación a su efecto. De la nacionalización patrimonial de Brasil y Argentina, como ocurrió en la resistencia por cuenta de la pluralidad de las memorias colectivas en el fin del siglo XX, se estructurarán maneras de contrastar la fragmentación de las ciudades y de sus modelos de gestión, que privilegian la funcionalidad arquitectónica y la especulación inmobiliaria. Hubo, así, en el campo conceptual, el surgimiento de grupos que establecerían acciones

preservacionistas atentas a la incorporación de nuevos elementos de resonancia, reflejo de la descentración del sujeto hipermoderno. Eso fue posible por intermedio de herramientas capitales, como el inventario patrimonial, que confiere estatuto para el debate sobre conservación e sirve aquí como fuente para el desarrollo de un estudio de caso comparado de las ciudades de Caxias do Sul (Brasil) e La Plata (Argentina).

Palabras clave: hipermodernidade; patrimonio cultural; ciudad.

INTRODUÇÃO

Comparar, estabelecer semelhanças e diferenças e estipular analogias são naturalmente ações tão familiares ao historiador como contextualizar os acontecimentos ou dialogar com suas fontes. A partir de um determinado momento, uma dessas fontes passou a ser o patrimônio cultural edificado ou os documentos legais produzidos para manipular seus efeitos, fosse pela manutenção das ruínas ou de seu aniquilamento. Assim, esse novo objeto foi utilizado como forma de poder, no esquecimento ou na constituição de memórias com base nas redes de poder oficiais ou de resistência. Alcançar o efeito disso, no campo da História Comparada e por intermédio da análise de discurso, foi a forma metodológica escolhida. Sobre qual contexto histórico pareceu pertinente aplicar esta análise? Inicialmente, em momentos pós-ditaduras, em final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em que novas possibilidades e formulações sobre o campo da cultura passaram e ser promovidas. Ainda, fazia-se necessário pensar o contorno espacial e cultural em países da América do Sul que tivessem aproximações, decorrentes da imigração italiana, como um dos elos de constituição dos núcleos urbanos estudados – Caxias do Sul (Brasil) e La Plata (Argentina) –, para desvelar como a permanência cultural pode ser usada para justificar, um século após o movimento migratório, a preservação de suas edificações.

Foi preciso encontrar um nível de observação e análise profunda e sistematizada, para o qual “o que se pode comparar” e “como se compara” se tornam questões relevantes, fundadoras de um gesto metodológico (BLOCH, s.d., p. 19). Fazia-se necessário investigar em que medida, nos anos 1980, o discurso da globalização era apontado como metanarrativa, hegemônica. Assim, ao encontrar os documentos oficiais, como os inventários patrimoniais, formou-se e constituiu-se o objeto da tese de doutoramento, a qual se utiliza em parte para a construção deste texto.

Na comparação dos documentos preservacionistas surgidos naqueles anos em cidades como Caxias do Sul (sul do Brasil) e La Plata (vizinha à capital Buenos Aires, Argentina), buscou-se contrapor similaridades e dessemelhanças. A semelhança e a diferença, conforme se vê, estabelecem aqui um jogo dinâmico e vivo, pois sem alterações e sem analogias não é possível falar em uma história comparada. Assim, os documentos escolhidos para serem aqui registrados foram os primeiros estudos/inventários organizados entre o fim da década de 1970 e início dos anos 80 e formulados nos anos seguintes por intelectuais ligados ao poder público que, embora sem poder de legislar, propunham um debate sobre a defesa da preservação de áreas com potencial cultural que eram incluídas em novas percepções de patrimônio cultural.

Assim, sobre tais fontes, o estudo gira em torno de questões concernentes à história do patrimônio cultural edificado na América do Sul, tendo como referência específica as cidades de Caxias do Sul (Brasil) e La Plata (Argentina).

O PATRIMÔNIO EDIFICADO EM TEMPOS MODERNOS

O tema da preservação de elementos edificados apresenta-se de forma isolada desde o século XV. Sua conduta era realizada por segmentos da sociedade e incidiu preferencialmente em dois países: Inglaterra e França. Esta última serviu de modelo de preservação adotado no Brasil. Segundo estudos de Chastel e Babelon (*in* FONSECA, 2005, p. 21), surgiram algumas iniciativas na França do século XVIII que perpassavam a ideia de preservar algumas edificações identificadas com a fisionomia da urbe.

Entretanto o projeto de conservação com estatuto institucional e disciplina construtiva caracterizado como patrimônios históricos e artísticos foi uma prática característica dos estados modernos que, a partir de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitaram um conjunto de bens no espaço público, denominado por vezes de nacional. Diante dessa prerrogativa, os discursos que costumam justificar a constituição dos patrimônios desenvolveram-se e produziram novas políticas públicas de preservação, sendo o passado percebido como herança coletiva que dava “validade e intensificava o interesse por salvar relíquias e restaurar monumentos como emblema da identidade, da continuidade e das aspirações comunitárias” (LOWENTHAL, 1998, p. 7).

Com a industrialização e diante de uma nova relação espaço-tempo, característica que se manteve até o fim do século XX, seguiria a tentativa de análise que define esse momento como a afirmação-negação do espaço como elemento explicativo do mundo moderno, ao mesmo tempo em que se utilizaria da preservação como garantidora de identidade na urbe autofágica.

Tanto o urbanismo quanto a preservação patrimonial constituíram campos próximos, e esta última se deu em oposição à crescente urbanização dominante. Na cidade ocorreu um processo dialético entre história e historicidade que se apresenta em três figuras: memorial, propedêutica e museal. O presente é realizado a partir das cidades antigas, pré-industriais, deixando de lado a cidade historial que busca no devir o progresso.

Entre os fenômenos culturais disseminados pela modernidade, pode-se levar em conta a preservação do patrimônio, da qual o uso sistemático das práticas da memória é empregado, engendrando fortes efeitos sobre a realidade (BERMAN, 2007, p. 28).

O PATRIMÔNIO EDIFICADO OUTORGADO NA ARGENTINA E NO BRASIL

Na América, especialmente na Argentina e no Brasil, a constituição dos grupos, de uma legislação, de discursos e de organização de material deu-se sobretudo no século XX, embora o processo tenha se iniciado ainda em períodos distintos aos da instauração das respectivas Repúblicas brasileira e argentina.

Em ambos os países, a instauração preservacionista ocorreu mediante a ação do Estado. A década de 1930 foi o período relevante para a constituição de políticas públicas voltadas para essa área, bem como para a formação de grupos intelectuais. Na Argentina, a Comissão Nacional de Museus e Monumentos e Sítios foi criada pelo Estado por um decreto em abril de 1938 e pela Lei Nacional n.º 12.665 de 1940. Entre 1938-1946, foi formada a Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos (CNMMYLH), cujo presidente era Ricardo Levene², intelectual formado pela Universidade de La Plata, um dos novos núcleos das pesquisas históricas, tal como a Faculdade de Buenos Aires também o seria.

No Brasil, as políticas públicas de proteção ao patrimônio iniciaram-se na metade da década de 1930, com a criação da Inspetoria Nacional dos Monumentos, que depois foi substituída pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, ficando para os anos posteriores as reformas administrativas da instituição, sob o controle do ministro Gustavo Capanema³. Ambos os institutos realizaram suas primeiras publicações com o fim de corroborar as políticas de intervenção para salvaguardar o patrimônio nacional⁴.

Esse traço é característico dos Estados latino-americanos que procuravam imprimir valores vinculados a uma identidade nacional utilizando-se do campo patrimonial como instrumento de manutenção dessa ideologia por meio da identificação, preservação,

² Nesse contexto de preocupação com a formação da nacionalidade, a participação ativa de Ricardo Levene, presidente da CNMMYLH entre 1938 e 1946, foi crucial. Professor de História do Colégio Nacional de Buenos Aires, Levene teve uma ampla participação na vida intelectual do país: atuou como presidente da Junta de Historia y Numismática Americana (JHNA) e posteriormente da Academia Nacional de la Historia (ANH), contribuindo para a construção da ideia de “Nação Argentina”. A publicação, em 1912, de seu manual *Lecciones de Historia Argentina*, destinado a alunos do ensino secundário, exerceu papel fundamental nesse processo. Em relação ao ensino da História Nacional, Levene expressava, em 1908, a necessidade de dar um caráter eminentemente patriótico à paisagem, com o objetivo de transformar o ambiente de cosmopolitismo presente até nas escolas públicas.

³ O SPHAN estava subordinado ao Ministério da Educação, e foi o ministro Capanema quem convidou Rodrigo Melo Franco de Andrade para dirigir a instituição recém-fundada. Rodrigo foi redator chefe (1924) e diretor (1926) da *Revista do Brasil*. Na política foi chefe de gabinete de Francisco Campos e, integrando a equipe do Ministério da Educação e Saúde do governo Getúlio Vargas, composta de muitas pessoas intelectuais e artistas herdeiros dos ideais da Semana de 1922, comandou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN), da sua fundação em 1937 até 1969. Pouco antes de sua morte, em 1969, Rodrigo ainda prestava depoimentos à imprensa e comparecia a eventos ligados à sua experiência no SPHAN. A análise do anteprojeto fundador do IPHAN, de autoria de Mario de Andrade, e sua comparação com o Decreto-Lei n.º 25 de 1937, que criou o SPHAN, sugerem novos enfoques e levantam perguntas que reabrem a discussão sobre a história da proteção do patrimônio no Brasil, oferecendo uma nova inserção da instituição no campo da discussão intelectual de seu tempo.

⁴ A produção de um universo simbólico teve relativa importância na medida em que se realizou, pelos intelectuais, a constituição dos patrimônios culturais. Em geral, o movimento teve diversas posições ideológicas, além de incorporar recursos de vanguarda em relação à identidade nacional. Muitos dos movimentos tinham em comum críticas aos modelos políticos e culturais da Velha República e buscavam a mudança como ponto de partida para uma nova sociedade. Nesse momento, os intelectuais precursores do modernismo escolheram preservar o colonial, ou a herança lusa, visto que consideravam o ecletismo um modelo de estrangeirismo, logo não havia grandes preocupações em preservá-lo. Na busca por equacionar e inventar a brasilidade criando um caráter nacional, ou seja, a comunidade imaginada, as demais comunidades estavam excluídas desse processo.

conservação e restauro dos monumentos históricos⁵. A concretude da preservação deu-se sobre esses símbolos que representavam o nascimento da Argentina. Em síntese, tal procedimento de identificação e proteção patrimonial ocorrido entre as décadas de 1910 e 1940 foi diretamente voltado para a celebração de episódios e protagonistas provenientes de um tipo de historiografia identificada com a história política da Argentina, com aproximação de figuras icônicas para o exército.

Assim, o estabelecimento da preservação no Brasil e na Argentina tem aspectos em comum, primeiramente com a motivação em organizar a fase “heroica” de sua história política; em segundo, em função de uma escolha do legado a ser preservado, que, além de reutilizar a concepção tradicional de monumento histórico, transformou o patrimônio em um tipo de “produção que pressupôs a possibilidade da perda” (GONÇALVES, 1996, p. 39). O patrimônio outorgado ofereceu pouco às demais etnias que constituíam os novos espaços urbanos, ficando por mais de sete décadas para ser apreciado como portador de referências simbólicas⁶. Nunca, evidentemente, de forma pacífica.

PRESERVAÇÃO NA HIPERMODERNIDADE SUL DA AMÉRICA

No transcorrer do século, o mundo havia preservado seu patrimônio de acordo com os interesses dos Estados nacionais, sem relativa alteração em suas configurações. O papel dos Estados, entretanto, foi alterado pelos mesmos agentes públicos, realizando a identificação por meio de uma nova atribuição de valores históricos e culturais, antes formados pela ideia presente de nação, identidade nacional. Essa atribuição de valores históricos e culturais como forma de identificação das edificações contribuiu para um aumento de pesquisas no campo das ciências sociais, permitindo novas abordagens de tempo e seleções mais ricas para compor o quadro analítico da preservação mundial.

Nessa situação, parece conveniente discorrer como no fim do século XX o campo do patrimônio, que envolve proteção e conservação, se caracterizou como um retorno ao passado em determinadas conjunturas histórico-sociais particulares. O que aconteceu foi a conscientização de comunidades sobre o valor e a importância de objetos próprios decisivos para sua construção cultural via práticas de Estado que reorganizam suas ações de acordo com o modelo proposto pela Unesco, ressaltando a ideia de “futuros presentes” (KOSELLECK, 2006, p. 36). Sobre esse passado, os conceitos do campo do patrimônio são repensados, projetando-se sobre algumas heranças culturais, novas estimas e acepções.

⁵ O editorial dos *Boletins da Comissão Nacional de Museus*, na Argentina, buscava referenciar os símbolos nacionais que davam conta da história da Independência da Argentina. Havia um desejo por parte do Estado, tanto no Brasil quanto na Argentina, de que a revolução política abrisse tempos de mudança e proporcionasse um novo papel para a elite intelectual, que se dispunha a ultrapassar os limites da produção acadêmica. Independentemente das diferenças políticas, havia a crença de que determinada elite modernista seria capaz, como estrato social, de reformular o Estado e impulsionar a formação da nacionalidade. Com base nessa concepção, a preservação do patrimônio tornou-se uma das ferramentas capazes de estabelecer uma ação cultural mais específica, ou seja, produto de um tempo e de um espaço determinado que tinha a pretensão de resgatar, por meio do patrimônio tombado pelos institutos, uma memória específica que contribuiria para a construção da ideia de Nação.

⁶ Nos dois casos, Brasil e Argentina, a proposta era construir uma identidade nacional, mas para isso era necessário recorrer a emblemas, ideias, objetos preexistentes aos quais se daria sentido, heroísmo, passado e futuro, não levando em conta a diversidade étnica daqueles que constituíram o patrimônio edificado.

A EXPERIÊNCIA COMO PATRIMÔNIO HIPERMODERNO

Ocorre, entretanto, que no último quartel do século XX os fenômenos culturais transformaram concepções do campo cultural do patrimônio edificado. Esse período foi marcado por uma política de “patrimonialização” efervescente nos grandes centros urbanos que prometia a estetização das cidades ou de parte de seu conjunto. A própria forma de transparecer ou demonstrar a espetacularização dos espaços tidos como heranças culturais pelos grupos sociais que incluem poder público, arquitetos, estudantes e *designers* foi alterada. Isso em geral se dá por influência de setores exultantes que vão desde a preservação calcada em um tipo de sentimento de caráter mais regional, daí o reforço à tradição; noutro, a manutenção da esfera da “identidade local” combinada ao discurso da atualização urbana, sobretudo perante o avanço da globalização ou de políticas neoliberais. Contradição à parte, em diversas localidades brasileiras ocorreu uma profusão de patrimonializações de locais de memórias sem critérios metodológicos especificados, embora tivessem como pano de fundo uma reutilização de espaços como garantia protecionista contra o esquecimento e por vezes mantiveram os vestígios protegidos.

Essa “emergência da memória” (HUYSSSEN, 2000, p. 9) também pode ser associada a um “sentimento de culpa” (FREUD, 2012, p. 253) ou a um simples desejo de esquecer. Na medida em que as sociedades ocidentais e, nesse caso, as do sul da América buscam a conservação patrimonial promovendo duras críticas ao progresso, nota-se a retomada do debate que ocorrera já no fim do século XIX. Entretanto questiona-se em que medida esses projetos não serviram para utilizar a compensação patrimonial como compensação nostálgica, fortalecendo um poder tradicional das “raízes do passado” para anular a vida presente. Um outro caminho pensado era tornar esse imenso potencial patrimonial um meio de sobrevivência diante do mundo hipermoderno, buscando no próprio processo de *reflexividade* (JEUDY, 2005, p. 20) um novo sentido à estratégia de conservação e restauro.

A modernidade social abordada nesta investigação refere-se à implantação de novas formas de organização consagradas pela atividade racional, científica, tecnológica, da intelectualização rompendo com o finalismo da religiosidade, e ainda pela destruição dos laços sociais tradicionais, produzindo novas mediações sobre o conhecimento humano. Sinaliza-se, porém, uma intensificação de aspectos falhos nesse projeto, como aponta Gilles Lipovetsky (2015) ao abranger o conceito de hipermodernidade, em que haveria uma potência superlativada dos efeitos trágicos da modernidade, acompanhada de desregulamentação financeira, de ímpeto técnico-científico, da substituição da rigidez disciplinar da sociedade por um modelo medido pelo efêmero, da renovação permanente. O universo do consumo e da comunicação de massa aparece como um sonho jubiloso e inerente, e a tentação consumista passa a ser uma norma ainda mais premente como organização do presente, cujos efeitos são carregados tanto de perigos quanto de promessas.

Assim, o conjunto de mudanças atribuídas ao episódio da hipermodernidade, no fim do século XX, produziu discursos que disseminaram a ideia de haver uma tendência inerente à natureza e ao homem ao atravessar uma sequência regular de etapas de desenvolvimento no passado, presente e futuro, sendo as etapas mais recentes superiores às mais antigas, intensificadas pela velocidade, bem como pela destruição produzida por ela (LIPOVETSKY, 2015, p. 15). Sob essa medida o patrimônio teria uma ressignificação que contemplaria seu caráter de espetacular adjacente à mutação comercial. Num processo de apropriação, que na mesma medida é o de ressemantização, escolhe-se preservar um patrimônio sem contradições ou sem elementos que demonstrem falhas, carregando apenas uma decoração que procura, inicialmente, provocar o reforço do projeto moderno, de positivar a história de um grupo, de um ente ou de uma narrativa. As intervenções construtivas teriam apenas a função de dar outro sentido à edificação. O patrimônio edificado serviria, então, para suscitar emoções e sensações, senão catárticas de uma memória – inexistente – de sedução para

melhor vender um passado robustecendo o presente. Sob implicação da hipermodernidade, as edificações preservadas serviriam como um conjunto voltado para o entretenimento com fins de distração. Aqui, nesse modelo, a preservação hipermoderna destruiria os vestígios históricos.

No entanto, sob outro cenário, circunscrito ao mesmo efeito da hipermodernidade, predominava a compreensão de que o campo do patrimônio revelava mudanças de estatuto associadas às alterações do campo lexical, sintetizando a nomeação dos “bens de herança” na palavra “patrimônio”. Faz-se mister compreender quais os critérios adotados pelo poder institucional do Estado (Poder Executivo) para preservar ou extinguir bens patrimoniais, assim como os critérios utilizados pelos grupos de resistência para defender a permanência de determinadas edificações. Para tal, buscou-se em diversas fontes, incluindo os inventários e algumas leis que permitiram sua constituição, a leitura dessa dimensão simbólica. No experimento de desvelar os processos de constituição simbólicos dados por determinadas personagens do campo patrimonial das cidades de La Plata e Caxias do Sul, revela-se uma inversão do modelo de patrimônio citado anteriormente, bem como os critérios utilizados para protegê-los. Para essa identificação, os inventários contêm uma espécie de enigma revelador não só de um passado ordenado, mas também conflituoso na própria luta simbólica travada no fim do século diante da popularidade que a preservação patrimonial tomou em algumas localidades.

Entende-se que para escrever uma nova história da cidade é preciso identificar e analisar as tensões conceituais por meio de pesquisas nas documentações encontradas. Isso porque passaram a existir concepções distintas do campo preservacionista: uma ligada ao consumo hipermoderno, de *panfletagem*, de *espetáculo*, que reforça a tradição e até mesmo a ideia de progresso histórico; outra que aproxima de preservar formas diferentes de apropriações e configurações espaçotemporais que revelam, pelo ofício do historiador, memórias sociais em conflito com distintas atribuições de sentidos. Coube por intermédio dos inventários uma aproximação com a segunda compreensão.

O PATRIMÔNIO EDIFICADO COMO RESISTÊNCIA: O CASO DE CAXIAS DO SUL E LA PLATA

A base conceitual da escolha de um tipo de preservação surgiu no fim dos anos 1970 e início da década de 1980 em ambas as cidades, podendo-se observar nas justificativas dos inventários o surgimento das representações culturais que serviriam de estímulo à preservação. Incorporada a ela, nos registros que justificavam a formulação dos primeiros estudos/inventários com fins de catalogar o patrimônio edificado, foi possível inferir a noção de preservar as formas edificadas e o traçado urbano com intuito mais amplo. Os grupos, sem um protocolo específico de preservação, apresentavam uma sensibilidade referida aos “vestígios urbanos” como uma possibilidade de criar instrumentos para estimular o olhar sensível ao passado. De forma análoga, viam no crescimento da “destruição das edificações” (efeito hipermoderno) a ameaça de se constituir uma cidade desconhecida, fosse por meio das representações, do seu imaginário, das intervenções pensadas e constituídas na ordem construtiva ou, ainda, no desvelar de uma cidade atemporal, repleta de acepções que regularam o comportamento daqueles que um dia a habitaram.

Não se tratava de algo novo, ao que parece, pois diante do processo de ordem mundial, tal como a crise dos paradigmas explicativos, a ordem construtiva passou a se basear em uma nova estética. Para tanto, havia a contraestética. Em suma, nas duas cidades surgiu uma escolha de parte de seus intelectuais: o passado das cidades como resposta ao declínio do presente, visando a outro futuro.

Devem-se levar em conta alguns aspectos específicos nos quais se circunscrevia o novo momento da preservação cultural de edificações no fim do século XX antes de uma análise mais detalhada dos processos de La Plata e Caxias do Sul. À medida que o adjetivo “cultural” entrava em harmonia com o patrimônio, a adjetivação de cultura passava a ser de interesse do Estado e era pensada além da institucionalização do “monumento histórico”.

A noção sobre patrimônio, mencionada por Gonçalves (2009, p. 25), trata a ideia de agrupamento de bens materiais, coleção e proteção como um tipo de categoria de pensamento, o que promove um original entendimento dos grupos humanos por meio da sua vida social e cultural. Nesse caso, todo e qualquer grupo de pensamento humano exerceria um tipo de atividade de colecionamento de objetos cujo efeito demarcaria domínios subjetivos em relação ao outro (GONÇALVES, 2009, p. 25).

Para explicar essa reação, pode-se tomar como responsável o *sentimento de pertença* dos locais onde se produziram novos contornos semânticos capazes de entender as culturas como fatores formativos da comunidade, auxiliando na formação das políticas de preservação. O inventário deve ser compreendido como o resultado de uma mentalidade preservacionista distinta da alienação do consumo. Para tanto, é necessário entender em que contexto ele foi produzido. Mesmo com suas especificidades, a investigação parte do surgimento de grupos locais que possuíam uma visão de mundo de preservação antropológica e, mais adiante, dos inventários instituídos que serviram em um primeiro momento para preservar as heranças edificadas sob ameaça de destruição.

Assim, para os que aqui se denominam “grupos de resistência”, trata-se daqueles que passam a definir critérios de valores diferentes dos oficiais (Estado), já que analisam as edificações à disposição, seja por sua singularidade, seja pela segurança que produzem nesse indivíduo. Na busca por reconhecimento à alteridade, fazem frente às propostas modernas ou hipermodernização (altamente ligadas àquilo que tenha relação com o consumismo em última escala), fosse na Argentina ou no Brasil, nesse caso nas cidades de La Plata e Caxias do Sul.

O PATRIMÔNIO CULTURAL EM CAXIAS DO SUL

A inexistência de uma política e de uma preservação cultural na cidade de Caxias do Sul no fim dos anos 1970, assim como a transformação rápida da cidade, davam mostras de que as evidências do saber fazer e suas experiências sociais estavam na iminência de desaparecer.

De um lado o sistema econômico suscitava uma cidade que deveria cumprir com suas funções eminentemente econômicas, explorando a reutilização do solo, já que também inexistia legislação sobre a sua utilização, o que auxiliava na afirmação de um universo engendrado nas relações mercantis. Por outro lado, porém, numa perspectiva benjaminiana, o mundo construído poderia, pela sua pluralidade de interpretações, reabrir as possibilidades de futuro, redescobrir bons embates esquecidos, reatualizar aspirações e, especialmente, contestar o discurso hegemônico do progresso.

Com essa intencionalidade, avalia-se nos inventários a defesa das edificações como uma emergência à preservação, ainda que numa exaltação romântica, demonstrando a possibilidade de descobrir metaforicamente outros espaços da história da cidade. Os grupos que passaram a gerir as políticas municipais de instituições como o Museu Municipal de Caxias do Sul e o Arquivo Histórico Municipal não dispunham de poder legal para instalar áreas patrimoniais. Foi dessa maneira que deram início a um processo de inventariação com o fim de defender a preservação de uma parte da cidade que já estava em abandono, ao mesmo tempo em que intencionavam contribuir com o debate acerca da preservação, bem como instrumentalizar o Poder Executivo para um planejamento mais adequado em relação à política de preservação dos bens culturais.

Assim, o primeiro inventário não apresentava como característica principal a normatização técnica, com intervenção prática ou escolhas relacionadas ao campo do patrimônio de acordo com instrumentos legais, mas, sobretudo, representava aspectos de subjetividade e de afetividades reprimidas.

Foi assim que, além do inventário oficial criado pelo poder no fim da década de 1990, se tornou indispensável referenciar-se pelo primeiro levantamento de edificações (estudo/inventário) da década de 1980, que continha um conjunto de representações sobre as práticas novas de fruição do mundo urbano. A menção sobre o inventário existente não oficial foi apresentada como um diagnóstico perturbador sobre o meio urbano, pois revelava que parte expressiva dos bens listados já havia sido extinta. Também não foi um documento de fácil acesso, já que não havia sido efetivado como documento oficial de políticas públicas. Uma de suas versões originais foi encontrada no arquivo particular do professor Juventino Dalbó, um dos coordenadores à época da campanha de preservação e coordenador do Centro Cultural da Prefeitura (1996), setor responsável por reorganizar a área de preservação arquitetônica e cultural da cidade de Caxias do Sul.

Dessa maneira, o ambiente em que foi produzido o estudo/inventário era o de destruição do patrimônio cultural por meio da perda de espaço de estratégias preservacionistas. Esse documento surgiu, portanto, como um mecanismo autônomo, que, mesmo sob administração do poder público, servia para chamar a atenção da comunidade para a ausência de políticas para a preservação cultural de Caxias do Sul.

Trata-se, contudo, de um documento resultante do processo preservacionista iniciado em 1979, com o surgimento do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico-Cultural (COMPAHC), de que é possível inferir o modelo de cidade proposto pelo grupo preservacionista, que representava resistência ao processo destrutivo, por possuir valores éticos ligados ao campo da memória e da preservação.

O inventário foi realizado por um grupo de profissionais que, com certa autonomia, utilizavam essa ferramenta com três propósitos. O primeiro era fazer um levantamento inicial das edificações com maior importância, segundo critérios demarcados pelos grupos, para serem preserváveis. No segundo propósito, introduziu-se uma proposta de intervenção sobre as edificações, pois existia, na possibilidade de escolha, certa visão de mundo que podia ser produto da consagração de valores que iam do nostálgico ao romântico e finalizavam na reflexão sobre o modelo de cidade proposto. Na última parte, havia uma série de sugestões de ação e uma proposta técnica para o Conselho de Preservação do Município de Caxias do Sul e para o Poder Executivo, a fim de elaborar uma nova maneira de gestão do patrimônio.

No caso de Caxias do Sul, aparentemente, na década seguinte a preservação foi reservada ao espaço da incúria pública e, quando utilizada, esteve sempre sob o signo da efemeridade e do conjunto de tramas que evidenciavam apenas propostas de entretenimento, revelando a compreensão e a mentalidade preservacionista dos poderes oficiais ao tratar do campo cultural. A destruição permanente, junto do efeito hipermoderno, das edificações fora reforçada em meados de 1980 e na década de 1990, com a modernização, a flexibilização e a aplicação de novas tecnologias construtivas. Era aparente a incompatibilidade entre diferentes sistemas de valores e estilos de conservação, fazendo com que o primeiro estudo/inventário ficasse à deriva.

Desse modo, o patrimônio passou a ser comum a todas as modalidades de valorização, que se estendem desde a locação de edificações até monumentos para a utilização de suporte publicitário, associando-os à venda de produtos de consumo em geral. Muitas vezes os critérios de preservação estavam ligados à ideia de entretenimento, confundindo-se e sendo medidos pela rentabilidade que poderiam proporcionar.

Enfim, grande parte dos grupos favoráveis à abordagem preservacionista só encontrou espaço para uma atuação profícua após uma década de apagamento das memórias, de

confusões e reinterpretações que nos discursos tergiversavam com interesses de integrá-los à vida contemporânea.

Não obstante, o inventário é uma metodologia alternativa com o fim de estabelecer critérios para a preservação de edificações, que (des)velam novas narrativas sobre a urbe. Se o sentido cíclico conferido à conservação patrimonial é o da manutenção da ordem simbólica das sociedades modernas, infere-se que, diante dos riscos de desestruturação provocados pela era hipermoderna, o pensamento contemporâneo e as políticas públicas de Estado produzem na dinâmica política da preservação a resistência pela consagração cultural dos vestígios da história de determinado grupo.

LA PLATA E PRESERVAÇÃO EDIFICADA CULTURAL

Contrastando com Caxias do Sul, no aspecto inicial da legislação preservacionista e na formação dos intelectuais preservacionistas de La Plata, haviam sido criadas algumas regulamentações específicas para a preservação edificada no início dos anos 1980. Ocorria, entretanto, que essas leis não traziam consigo a hermenêutica do olhar, na busca por novos sentidos passíveis de interpretação. A legislação preservacionista em La Plata adveio com a primeira Ordenança, número 5338 exatamente, criada no ano do centenário da cidade, 1982. Após isso, surgiram as declaratórias de espaços, normas declaratórias de bens, seus componentes. No entanto foi no ano de 1999 que a Fundación Centro de Estudios y Proyectos Del Ambiente (Cepa) indicou a cidade de La Plata para se tornar patrimônio cultural da humanidade, garantia dada pela Unesco. Esse teria sido outro momento de intenso debate na cidade sobre a questão patrimonial, já que ela não havia sido aceita como patrimônio por conta de uma série de modificações arquitetônicas e paisagísticas nas últimas décadas, fruto do turbilhão construtivo hipermoderno. De qualquer maneira, esse foi um passo importante na formação de novas ideias sobre a defesa do patrimônio cultural da cidade, do qual se propagou uma diversidade de grupos patrimoniais.

De alguma maneira, no início dos anos 1980, a proposta dos primeiros grupos (resistência) partiu dos estudos morfológicos elaborados desde o fim da década anterior e pretendia dar conjunto de valores à legislação que seguiria. Daí, prosseguiria, perante o processo de fragmentação ou das abordagens funcionalistas, o conjunto de reflexões desejanças da inclusão do “direito à cidade”, mediante o reconhecimento nas edificações de valores coletivos, de durações consensuais, das temporalidades que remetem a atores, das práticas sociais e das significações postas nas marcas objetivas do escopo: o edifício.

A regulamentação e as leis nada fariam se não tivesse surgido uma interpretação díspar da ideia frequente de desconhecimento das representações, do crescimento das gentrificações e da destruição hipermoderna aplicada pela ascensão da especulação imobiliária.

Era evidente o motivo pelo qual, durante aquela década, foram “esquecidos” os primeiros estudos/inventários pelos poderes oficiais. Já nos anos 1990 esses estudos passaram a ser, em parte, a base de critérios valorativos para a preservação; novos valores foram constituindo as novas justificativas de preservação, conforme se vê no conceito de ressonância de Gonçalves (1996).

O primeiro levantamento morfológico da cidade de La Plata, empreendido pelo poder público, que depois fora deixado à incúria, ocorreu, como já citado, no início da década de 1980, e nunca foi sequer publicado pela Secretaria de Obras e de Planejamento Urbano de La Plata. Essa fonte fora encontrada no arquivo particular do arquiteto Alfredo Conti, cujo trabalho havia sido solicitado pelo poder público enquanto ele fazia parte da Direção de Planejamento do Município de La Plata. Dele deveria ter surgido um novo estudo sobre a área urbana e de patrimônio edificado promovido pela prefeitura da cidade alguns anos mais tarde, o que nunca ocorreu.

Três anos após, Alfredo Conti foi convidado pela municipalidade para retomar seu trabalho com outros profissionais que se alinhasssem à preservação edificada. Isso se deu especificamente em 1985-1986, tendo sido o relatório final escrito em 1989. Sob a direção da arquiteta Isabel Lopez e coordenado por Conti, juntamente com outros três profissionais da área de arquitetura, Miriam Tinazzi, Veronica Vasquez e Mario Bishop, e sob o título *Estudio de la evolucion de la ocupacion del territorio en el partido de La Plata*, esse trabalho objetivava realizar um estudo técnico sobre as transformações ocorridas em La Plata levando em conta áreas específicas de arquitetura e urbanismo, tornando-se uma espécie de olhar sobre a cidade e seus edifícios com a proposta de iniciar a localização e a preservação de todo e qualquer bem edificado que comportasse o caráter histórico dela.

O primeiro decreto⁷ do ano de 1982 era uma espécie de norma do Poder Executivo, por não haver Poder Legislativo, e impunha que se realizasse um plano de preservação do patrimônio da cidade. Nesse documento, pela primeira vez conceitos como preservação apareceriam em documentos oficiais. Dessa forma, ações concretas foram tomadas ainda em um período conturbado da história política da Argentina, e, tratando-se de La Plata, estavam envolvidas nos festejos que promoveram o desenvolvimento da temática patrimonial na sociedade.

A partir dessa data (1982), pôs-se em marcha um plano de preservação em que foi criada pelo governo local uma Comissão de Preservação de Patrimônio, da qual participavam representantes de três secretarias da prefeitura de La Plata (Direção de Planejamento, Direção de Arquitetura, Direção de Espaços Verdes), representantes da Universidade Nacional de La Plata, da Universidade Católica de La Plata e dos Colégios de Arquitetos e Engenheiros. O primeiro organismo que tinha como tema principal pensar o patrimônio arquitetônico de La Plata deveria criar um inventário das edificações para salvaguarda. Porém, por causa da ausência de levantamento sobre as edificações ou valores para estabelecer como critérios necessários para uma futura proteção edificada, era necessário buscar acordos com os profissionais da área da arquitetura.

A municipalidade realizou um acordo com as faculdades de Arquitetura a fim de instituir um inventário do patrimônio de La Plata. O arquiteto Alfredo Conti, que trabalhava na prefeitura naquele momento, foi um dos indicados para iniciar o planejamento. Contava-se também com um conselheiro muito respeitável na localidade que representava a Faculdade de Arquitetura, o Prof. Júlio Morosi, que havia sido um dos pensadores preservacionistas da faculdade nos anos 1970.

No fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, contudo, após pressões de debates acalorados, uma nova visão passou a ser utilizada pelos movimentos contestatórios às transformações urbanas que amadureceram nos últimos tempos, passando a denunciar a má administração, o insustentável consumo do espaço construído, a especulação imobiliária e a falta de planejamento, gerando degradação de zonas históricas da cidade que ainda não haviam sido inventariadas ou não estavam inclusas na proposta do Poder Executivo na ocasião.

Por intermédio desse *corpus*, num contexto da preservação cultural platense, existia a tentativa, por parte de um grupo de intelectuais ligados à observação urbana, de unir a denúncia da destruição do passado à proteção jurídica, gerando atitudes quanto às edificações, de modo a mobilizar a população e produzir reconhecimento e legitimidade social.

Esse grupo de pesquisa correspondia hierarquicamente à área de preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico, departamento criado por lei que se submetia à Direção de Planejamento e à Secretaria de Obras e Serviços Públicos, consequentemente. Incumbidos pela prefeitura de avaliar efetivamente as mudanças da forma edificada de La Plata, utilizavam seu resultado para realizar os inúmeros debates sobre preservação que ocorreram naquele momento e nos futuros combates travados pelo patrimônio arquitetônico.

⁷ Decreto n.º 17211/82, de 4 de novembro de 1982. Intendente (Prefeito) Abel Dias Roman.

Assim, o olhar progressista, racionalista, moderno foi cedendo espaço de valor arquitetônico, de ressonância, constituindo sobre a área do patrimônio edificado valores, afeição e sensibilidade na variedade de suas projeções. Em tempos flexíveis, a percepção volta-se para as fissuras do plano racional da cidade em uma revalorização das edificações como uma emergência da memória, bem como de uma nova urbe a ser pensada.

Assim, o discurso sobre a morfologia vai tornando-se ético, no sentido de compreender as relações da comunidade com seu espaço construído, aproximando o tema da conservação de maneira mais ampla, que incluiria o social, o cultural e o psicobiológico.

Descobrir por meio do patrimônio os sentidos culturais da comunidade, por intermédio de um olhar além do técnico, buscando o sentido antropológico, foi uma prática criada no último quarto do século XX. Dali surgiram novas abordagens.

Em La Plata, o discurso de conservação das edificações passou a ser uma espécie de movimento de aversão às transformações provocadas pela celeridade da especulação imobiliária e de outros tipos de mutação urbana. Apenas em 2001 foi criado o primeiro Código de Planejamento Urbano⁸, não significando a solução para a deficiência dos problemas urbanos de La Plata, bem como de publicações que dessem conta do referido assunto⁹.

Iniciou-se, então, o trabalho de classificação e inventariação, que serviria para a constituição dos valores atribuídos às edificações com fins de preservação. Ali passaram a existir os primeiros conflitos entre os proprietários das edificações e o poder público municipal, com a referida proposta de preservação. Tal fato acabou abrindo espaço para uma rápida destruição de parte considerável da preservação edificada da cidade. Disso surgiu, nos anos 2000, outro problema em tornar a cidade patrimônio mundial, por conta de sua desconfiguração urbana.

Essa é uma ponderação análoga sobre as duas cidades pesquisadas: do planejamento da malha urbana, da tentativa de organização do espaço, da delimitação por intermédio dos códigos de ordenamento urbano e dos códigos de postura. Isso constitui uma característica do pensamento evolucionista, que permite a alteração da cidade quando está de acordo com as contrafações nas atividades econômicas, na composição tecnológica, nas relações de trabalho, nas transformações cotidianas.

UMA POSSIBILIDADE DE CONCLUSÃO

Se a necessidade de proteção patrimonial se ampliava com o intuito de conhecer ou reconhecer os bens que a cidade de La Plata e de Caxias do Sul possuíam, pelo viés nacionalista e mais tarde em virtude da bela estrutura alegórica, coube investigar as intervenções de preservação, suas demandas simbólicas e em que medida cumpriram ou não as diligências necessárias para a salvaguarda patrimonial. Assim, se a percepção sobre o patrimônio se expande, questionamos como os estudos/inventários, aplicados à proteção jurídica, são desencadeadores de novos olhares sobre a patrimonialização. O dispositivo jurídico torna-se uma influente ferramenta para a preservação dos bens e, por meio de sua sofisticação técnica, considerando os signos incluídos neles pela sociedade, pela economia, pela história, pode-se fazer com que sua integração arquitetônica leve em consideração novos entendimentos sobre o próprio conceito de patrimônio, na medida em que considera outras experiências relevantes para a formação do corpo social. Não obstante, só o instrumento jurídico não bastará para abarcar as múltiplas facetas da cultura marcadas pela alteridade.

⁸ Ordenanza n.º 9231. La Plata. Código de Planejamento Urbano. Novembro de 1999.

⁹ Pesquisa realizada no Salão La Plata. Biblioteca da Universidade Nacional de La Plata.

Se a complexidade dos inventários acompanha o desenvolvimento do contexto urbano levando em conta os aspectos econômico, cultural e social, é possível, pela análise desse instrumento, ler as propostas de preservação e valorização do patrimônio como visões de mundo, categorias de pensamento incluídas em determinado contexto histórico. Por vezes, os administradores públicos e os intelectuais colocam em evidência o planejamento da cidade questionando se nele se incluem algum tipo de sensibilização, fortalecimento de laços, preservação de memória, política cultural e a educação das memórias. Resta aferir sua construção, sua permanência e se isso causa algum tipo de indução ou ressonância nos grupos em que estão circunscritos.

Em síntese, os conceitos de patrimônio e de preservação foram reconstituídos, revelando os aspectos culturais das cidades estudadas que se manifestavam alegoricamente nas edificações, denunciando a perda de um projeto de cidade, de um desejo de cidade, diante de sua descaracterização e constante transformação. De forma análoga, os inventários buscavam representar uma amostra de cidade esboçada onde fosse possível pensar a multiplicidade construtiva como patrimônio integrador. Ao examinar esse elemento, os estudos indicam os problemas provindos da urbanização, da especulação imobiliária e da falta de consciência como fatores fundantes da destruição de edificações, da representação de cidade. Portanto, a análise dos documentos demonstra que esses instrumentos são instituídos para preservar por meio de inventariação, apresentada em ambas as cidades investigadas.

REFERÊNCIAS

Inventário e estudos morfológicos

LA PLATA. **Estudio de la evolucion de la ocupación del territorio en el partido de La Plata**. Área de Preservación del Patrimonio Arquitectónico y Urbanístico. Municipalidad de La Plata, 1989.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. Patrimônio Histórico de Caxias do Sul. **Levantamento, propostas e sugestões**. Caxias do Sul, 1986.

Bibliografias

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Europa-América, s.d.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 34, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC/IPHAN, 2005.

FREUD, Sigmund. **O eu e o id, autobiografia e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 19, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**. A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUCRio, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOWENTHAL, David. **El pasado es un país extraño**. Madri: Akal Universitária, 1998.